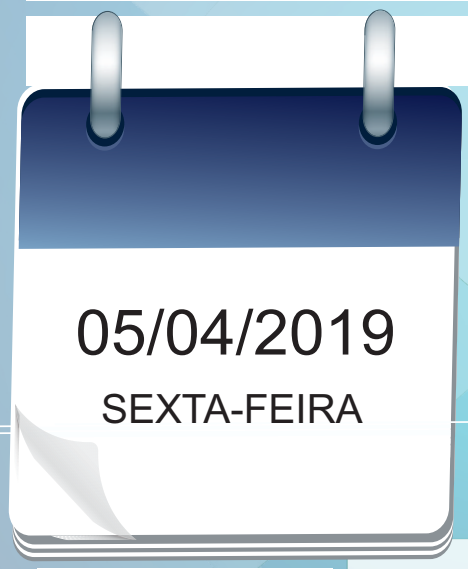
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ

Tribunal de Contas do Estado aponta suspeita de contratação irregular de vigilantes prisionais temporários

Prática é considerada irregular e denúncia partiu da Controladoria Geral do Estado



Silvana Marta
Da editoria de **Cidades**

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Representação denuncia que as contratações irregulares de vigilantes penitenciários na prisionais ocorre desde 2011. A representação partiu da Controladoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás vai converter em diligência processo de representação destinado a investigar a manutenção irregular de centenas de vigilantes temporários no sistema prisional.

O problema vem desde 2011. Entretanto, na época o conselheiro Helder Valin que entendeu pelo arquivamento do caso.

O processo seletivo dos Vigilantes Prisionais Temporários é feito pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan) e a formação e lotação é feita pela Diretoria Geral da Administração Penitenciária (DGAP).

Em 2017 o Estado nomeou 425 agentes aprovados em concurso público. Divergindo parcialmente das conclusões do relator, o conselheiro Saulo Mesquita formulou voto vista para permitir que novas informações sejam coletadas e o Tribunal delibere a respeito, pois existe a possibilidade que ainda existam agentes temporários atuando nos presídios de Goiás.

A Gerência de Fiscalização do TCE apontou a existência de 661 contratos temporários na Agência Prisional e que, embora tenha sido publicado edital de concurso, em novembro de 2014, para o provimento de 305 cargos de Agente de Segurança Prisional, ocorreu a posterior instauração de processo seletivo simplificado, em julho de 2015, para a contratação de 1.625 temporários. Diante disso, concluiu que houve violação à regra constitucional do concurso público, sugerindo que seja determinada a vedação a novas contratações e a substituição gradual dos temporários por servidores efetivos. Esse entendimento foi reiterado pela Procuradoria de Contas e pela Auditoria.

O conselheiro relator, no entanto, votou pelo arquivamento dos autos, tendo em vista que, em Decreto publicado no Diário Oficial n. 22.548, de 12 de abril de 2017, foram nomeados, em caráter efetivo, 425 Agentes de Segurança Prisional, ressalvando a impossibilidade legal da manutenção de temporários sob alegação de emergência, além da situação de risco indesejável estabelecida no contato entre presidiários e servidores sem vínculo efetivo.

Interessante que tal situação irregular persistiu durante o Governo Marconi Perillo, sem que nenhuma denúncia a respeito do fato fosse elaborada. Agora, o Tribunal de Contas do Estado alega que sua atuação é imprescindível no sentido de impor ao jurisdicionado a resolução da questão. E que há de se considerar que, apesar das nomeações feitas em 2017, a unidade técnica do TCE apontou, ainda em 2015, a existência de 1.625 temporários. Assim, à primeira vista, o número de nomeados não parece ter sido suficiente para dar fim às contratações indevidas.

Com a aprovação do voto vista em plenário na sessão do dia 03 de abril, o Tribunal requisitará informações atualizadas sobre o número de agentes prisionais temporários que eventualmente permanecem, para, a partir daí, posicionar-se adequadamente a respeito do tema. O jornal Diário da Manhã contactou a assessoria de comunicação da Diretoria Geral da Administração Penitenciária, e até o fechamento desta edição não obteve resposta.

O jornal Diário da Manhã contactou a assessoria de comunicação da Diretoria Geral da Administração Penitenciária, e até o fechamento desta edição não obteve resposta.

DIÁRIO DA MANHÃ

TCE vai averiguar permanência de agentes prisionais temporários

O Tribunal de Contas do Estado vai converter em diligência o processo de representação destinado a investigar a manutenção irregular de centenas de vigilantes temporários no sistema prisional. A representação partiu da Controladoria Geral do Estado e foi relatada pelo conselheiro Helder Valin,que entendeu pelo arquivamento do caso, originado em 2011, uma vez que em 2017 o Estado nomeou 425 agentes aprovados em concurso público. Divergindo parcialmente das conclusões do relator, o conselheiro Saulo Mesquita formulou voto vista para permitir que novas informações sejam coletadas e o TCE delibere a respeito pois existe a possibilidade que ainda existam agentes temporários atuando nos presídios de Goiás.A Gerência de Fiscalização do TCE apontou a existência de 661 contratos temporários na Agência Prisional e que, embora tenha sido publicado edital de concurso, em novembro de 2014, para o provimento de 305 cargos de Agente de Segurança Prisional, ocorreu a posterior instauração de processo seletivo simplificado, em julho de 2015, para a contratação de 1.625 temporários. Diante disso, concluiu que houve violação à regra constitucional do concurso público, sugerindo que seja determinada a vedação a novas contratações e a substituição gradual dos temporários por servidores efetivos. (Fonte: Assessoria de Comunicação Social do TCE).



O POPULAR

DIREITO & JUSTIÇA

Investigação aberta

A política de renúncia fiscal do Estado é investigada pelo Ministério Público de Goiás. O órgão anunciou que vai verificar se houve excesso de benefícios fiscais e a quais empresas. Um inquérito foi aberto pela promotora Leila Maria de Oliveira após ação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo o MP, a média de incentivos aplicada em Goiás é seis vezes maior que a de outros Estados.

O POPULAR

Goiás busca ser o 1º a ter aval

AJUSTE FISCAL Reuniões em Brasília com ministro da Economia apontam que Estado pode conseguir auxílio da União; contrapartida envolve aumento de cortes para fazer poupança

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Goiás está na corrida para ser o primeiro a entrar no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF). Na quarta-feira (3), equipe do governo estadual juntamente com empresários do setor automotivo e o governador Ronaldo Caiado (DEM) se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para relatar alguns pontos esperados. Ontem, foi a vez do senador Jorge Kajuru (PSB-GO) abordar o tema com o ministro, que teria afirmado que o Estado será o primeiro a ser socorrido.

"Gostaríamos que Goiás fosse o primeiro, por isso estamos correndo", repercutiu, em entrevista ao POPULAR, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt. Ela explica que a ida à Brasília com o secretário da Indústria, Comércio e Serviços (SIC), Wilder Morais, o governador e representantes da Caoa e Mitsubishi serviu para reforçar o que considera uma necessidade diante da dificuldade de caixa.

A permissão de fazer empréstimo com aval da União ela compara com ingresso no cheque especial. Porém, o caminho não é simples e haverá um valor fixo no plano. As garantias a serem concedidas podem chegar a R$ 10 bilhões, segundo o Ministério, distribuídas em tranches (parcelas), a depender do compromisso do ente com medidas de ajuste, a serem entregues ao longo de quatro anos.

Cristiane pontua que é importante conseguir entrar primeiro. "Tem mais de dez Estados com interesse." Outro ponto de urgência que ela cita é a folha de pagamento dos servidores. Goiás tem classificação C no quesito Capacidade de Pagamento e é justamente para entes nessa situação que o PEF é planejado. Por outro lado, oficialmente, o Ministério da Economia informou à reportagem que não haveria definição de quais Estados entrarão primeiro no plano.

Outro ponto destacado é que o mecanismo de entrada será semelhante ao do Regime de Recuperação Fiscal. Será preciso seguir os requisitos que ficarão mais claros com publicação do projeto de lei complementar do PEF e "fazer o dever de casa". Há também outras exigências, inclusive compromissos de ajuste com as Assembleias. "De modo que os primeiros Estados a serem atendidos serão os que primeiro cumprirem com esses requisitos (tanto de discussão/pré-adesão quanto de efetiva entrada)", diz nota.

Benedito Braga



> *"Gostaríamos que Goiás fosse o primeiro (a entrar no Plano de Equilíbrio Fiscal), por isso estamos correndo"*
>
> **Cristiane Schmidt, secretária da Economia**

A contrapartida principal, segundo Cristiane, seria criar uma poupança. Quanto maior ela for, maior será o volume a que o Estado terá acesso com a União como garantidora, para poder pegar empréstimo com taxa de mercado. Na quarta, a secretária diz que levou questionamentos sobre isso. "Dá para fazer isso, perder indústrias se São Paulo está com guerra fiscal?", pontuou ao se referir a início de disputa que pode prejudicar vários Estados que estão em situação complicada como Goiás. Pela competitividade, empresários teriam reforçado o coro.

O primeiro passo para conseguir entrar no plano foi a aprovação da lei que reinstitui incentivos fiscais referentes ao ICMS e promove um corte, e que dará fôlego de um ano. O trabalho agora seria procurar outras maneiras de economizar já que não entrar no PEF seria continuar no negativo. A secretária cita que há três eixos desse trabalho. O primeiro é a Previdência, em que a ideia é fazer ajustes além da reforma nacional. O segundo é rever o peso da folha dos servidores e, por último, os benefícios fiscais.

O POPULAR

Cresce número de escolas em greve em Goiás

EDUCAÇÃO Sindicato afirma que cerca de 400 unidades de ensino estão paralisadas. Professores reclamam de salários e auxílio-alimentação

Fabiana Sousa
fabiana.sousa@opopular.com.br

Desde que foi aprovada em assembleia realizada pelos professores, na última segunda-feira, a paralisação na rede pública estadual de ensino do Estado ganhou corpo e já afeta cerca de 400 unidades escolares em greve, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), o que equivale a aproximadamente 40% dos colégios estaduais. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) apresenta um número diferente, de 199 unidades. Sendo que 138 estão totalmente paralisadas e 61 com funcionamento parcial. Os números da secretaria também apresentam crescimento. O sindicato diz que no primeiro dia da mobilização eram 177 e no segundo 258 as escolas paradas.

Em Goiânia, 30 colégios seguem paralisados, em Aparecida de Goiânia, o número é de 15.

A categoria acredita que nos próximos dias deve chegar a 50% a adesão à mobilização. Uma nova assembleia da categoria está marcada para a próxima segunda-feira (8), quando o grupo decidirá se segue, ou não, com a greve.

Os professores reivindicam o pagamento do restante do salário de dezembro de 2018, que foi parcelado pela pasta, o salário de março e o auxílio-alimentação retroativo a fevereiro deste ano. Por lei, o governo de Goiás tem até o dia 10 para o pagamento da folha, mas os servidores reivindicam o recebimento dentro do mês trabalhado.

Sobre o pagamento de março, em nota, a Secretaria da Economia não sinaliza para o cumprimento das solicitações feitas. "O pagamento referente ao salário do mês de março será concluído até o dia 10 de abril, conforme previsão da legislação estadual", diz a pasta.

A respeito do salário de dezembro, a Secretaria da Economia afirma que "já foi paga a primeira parcela de seis no último dia 29 de março", sem especificar quando ocorrerão os próximos pagamentos.

A reportagem questionou se há previsão de acordo por parte do Estado com a categoria e o que seria proposto para negociação. Contudo, não obteve respostas sobre este ponto da Secretaria da Economia ou da Seduc.

Em entrevista coletiva no final da manhã da última terça-feira (2), o governador Ronaldo Caiado (DEM) pediu aos servidores da Educação o fim da paralisação. "Todos sabem o esforço que tenho feito. Neste momento, a ponderação que faço é que, por favor, nos ajudem", disse.

A presidente do Sintego, Bia de Lima, reitera a cobrança ao governo estadual. "Nós queremos receber em dia, receber o salário do mês no mês trabalhado e que o Estado pague nossos retroativos", disse.

Na última terça-feira, o governador também disse que 92% do salário de março já haviam sido pagos e que a primeira parcela de dezembro também. Por outro lado, Bia afirma que, pelo menos metade dos trabalhadores ainda não recebeu, por isso, ela espera que o movimento da greve chegue a 50% de adesão. "A outra metade que já recebeu não vai aderir à greve", acredita a presidente.

40%

é a parcela estimada pelo sindicato que já aderiu à mobilização aprovada após assembleia



Colégio Estadual José Lobo, em Aparecida de Goiânia, um dos 15 com atividades interrompidas no município

REPOSIÇÃO

Em entrevista ao POPULAR na última quarta-feira, a secretária estadual de Educação, Fátima Gavioli, disse que os professores que aderirem à paralisação terão de repor todo os dias e horas letivos perdidos em decorrência da greve. O que não é um problema para a categoria, afirma a presidente do Sintego. "Nós sempre repomos as aulas. Isso não é novidade para nós. Novidade seria o professor deixar de ser tratado desta maneira."

Sobre a greve, Bia afirma que espera uma proposta do governo até a manhã de segunda-feira, quando deve ocorrer a próxima assembleia. "O Estado tem até segunda-feira para apresentar sua proposta para que a classe aprecie e decida se adere ou não. Caso contrário, a paralisação continua. Também queremos a confirmação da Secretaria da Economia que o nosso auxílio-alimentação retroativo a fevereiro será pago em abril", pontuou. Sobre o auxílio-alimentação, a pasta afirma que não é responsável pela questão. "É necessário verificar a informação na pasta responsável", declarou, em nota.

De acordo com uma fonte, que prefere não ser identificada, a situação que os professores estão passando é muito triste. "Os colegas que têm dois concursos, tentam se organizar para pagar cestas básicas ao que não tem o que comer. Tem gente que não recebeu o 13º porque fez aniversário em dezembro", afirmou.

"O governador fez um apelo e eu torno a fazer o apelo para que ele pague dezembro. Não temos interesse em greve. Estamos sendo forçados porque o governo não paga, não tem cronograma. Não há sentimento que dê conta", disse Bia de Lima.

Escalonamento por faixa de renda

Na semana passada, o governo anunciou o pagamento da primeira fase do escalonamento da folha de dezembro. Entram na lista 31.699 servidores, que representam 55,63% do total. Entre eles estão funcionários da Educação ativos de escolas de tempo integral que recebem acima de R$ 3.574, ativos de escolas que recebem de R$ 3.574,01 até R$ 4.590, demais ativos que recebem de R$ 3.574,01 até R$ 4.590, e inativos que recebem até R$ 2.670.

Nos últimos dias, servidores inativos da Educação têm se reunido em frente ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, na Praça Cívica, no Centro de Goiânia, para cobrar o pagamento do mês de dezembro de 2018. Ontem, cerca de 25 aposentados estiveram no local. Eles estão organizados em barracas, porém ocupam o espaço durante o dia, geralmente entre 8 horas e 17 horas.

O POPULAR

Reunião define abertura de 50 vagas pediátricas em 10 dias

SAÚDE Encontro no Ministério Público Estadual discutiu a situação do HMI, que ontem continuava superlotado com 17 pacientes internados em cadeiras e 7 extras na UTI

Pedro Nunes
pedro.nunes@opopular.com.br

João Sérgio Araújo



Secretários estadual e municipal de Saúde participam de reunião no MP

A Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO) afirmou que em até dez dias abrirá aproximadamente 50 leitos pediátricos para absorver a demanda do Hospital Materno Infantil (HMI) de Goiânia. A informação foi repassada pelo secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, durante reunião na tarde desta quinta-feira (4), no Ministério Público de Goiás (MP-GO), que contou também com a presença da secretária municipal de Saúde de Goiânia, Fátima Mrué.

Segundo Ismael, entre 39 e 43 leitos de enfermaria pediátrica serão abertas no Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) até o dia 14 de abril. Para isso, será necessário chamar os profissionais do cadastro reserva já existente do processo seletivo instaurado para o HMI, que serão remanejados para o Hugol.

Além disso, ele sugeriu que o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia (HMAP) inicie o atendimento da enfermaria de 30 leitos pediátricos e 10 de UTI pediátrica também em dez dias. Como divulgado pelo POPULAR na terça-feira (2), a ideia é que a SES e o município formem uma parceria para antecipar a inauguração desses leitos, previstos inicialmente para serem entregues em junho, e que os mesmos façam parte da rede de atendimento terciário de crianças e adolescentes. Mas medida aguarda definição de contrapartida financeira do Estado.

Contudo, o HMI continua superlotado. É o que afirmou a diretora regional do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), Rita de Cássia Leal, da organização social que administra o hospital. Ela afirmou, durante o encontro, que a unidade se encontrava na tarde de ontem com 17 pacientes extras, internados em cadeiras, e 7 extras em UTI. A sala de reanimação, que possui 5 vagas, conta com 7 pacientes, e, conforme Leal, 40% do atendimento é de pacientes de menor risco.

A secretária municipal de Saúde de Goiânia, Fátima Mrué, também participou do encontro e destacou que a Prefeitura abriu contratação de médicos pediatras para ampliar o atendimento na cidade. Na ocasião, ela destacou que há necessidade de observar as diretrizes da legislação da saúde no sistema de regulação e que a gestão plena do Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiânia é municipal.

Ficou agendada para o dia 8 deste mês reunião técnica entre as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde para elaboração de fluxo operacional entre HMI e Hugol, cujas conclusões deverão ser encaminhadas ao MP-GO até o dia 12. Um relatório, detalhando a implantação das alterações, deverá ser entregue no dia 15 de maio.

INSPEÇÃO

Durante a reunião, Vinícius Jacarandá lembrou que foi realizada inspeção no HMI em março, tendo em vista a lotação da unidade, atitude semelhante adotada pelo Conselho Regional de Medicina de Goiás (Cremego), mais especificamente no Pronto-Socorro Pediátrico. Maciel ressaltou que a rede pública pediátrica da capital absorve a maior parte da demanda do Estado e afirmou, ainda, que o estrangulamento do atendimento da unidade é uma questão para ser resolvida emergencialmente.

DIÁRIO DA MANHÃ

Tarcísio e Lincoln inauguram trecho de rodovia entre Cristalina e Catalão

DA REDAÇÃO

"A duplicação da BR-050 não é apenas mais uma obra, ela é uma importante rota de escoamento e de desenvolvimento para o Estado e para o País", afirmou Lincoln Tejota, vice governador, ao participar da liberação de tráfego da pista dupla do trecho da rodovia entre Cristalina e Catalão.

A solenidade foi realizada no trevo do KM 244, no distrito de Pires Belo, município de Catalão, e contou com a presença do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, do prefeito de Catalão, Adib Elias, de representantes da bancada federal goiana e lideranças de toda a região.

Foram concluídos mais 54 quilômetros de rodovia duplicada, totalizando 176 quilômetros de um total de 218,5 quilômetros estabelecidos no contrato de concessão da BR-050. "Estamos escrevendo um grande capítulo na história de nosso desenvolvimento. Isso precisa ser levado para as demais regiões de Goiás. Por isso, peço que leve ao presidente Jair Bolsonaro nosso clamor pela duplicação da BR-153 e conclusão de outras obras importantes", assinalou Tejota ao se dirigir ao ministro.

Representando o governador Ronaldo Caiado, Lincoln ressaltou que o Brasil que queremos construir precisa de vontade, intensidade e sobriedade. "Precisamos da ajuda de todos, acreditando que dia após dia, tijolo a tijolo, devolveremos Goiás para os goianos. Entregaremos um Estado muito melhor do que recebemos", disse o vice-governador.

O ministro, por sua vez, afirmou que a sua visita a Goiás é um momento histórico tanto pela inauguração da obra que impulsiona o desenvolvimento da região como a celebração da união que existe entre os poderes Executivo e Legislativo. "A bancada federal de Goiás autorizou um remanejamento importante no orçamento que possibilitará obras federais no Estado. Neste momento, colocaremos maquinários na pista para recuperar a BR-452 e BR-158", sinalizou.

DIÁRIO DA MANHÃ

PF identifica fraudes em 91 contratos da Saneago

Engenheiro e servidor da estatal foram presos, e um empresário está foragido; denúncia de pagamento de R$ 3 milhões em propina



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

A Polícia Federal identificou mais de 90 contratos fraudados na Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) entre 2012 e 2018 e apontou que um engenheiro que presta apoio técnico à estatal recebeu R$ 3 milhões em propina no período. O funcionário é um dos três alvos da 3ª Operação Decantação e foi preso ontem.

O engenheiro, identificado como José Vicente da Silva Júnior, é ex-membro da comissão de licitações da empresa. Além dele, também foi preso Elvis Presley Mendanha, servidor da empresa e ex-pregoeiro da comissão de licitação. O empresário Eduardo Henrique de Deus também teve mandado de prisão determinado, mas está foragido.

A Saneago informou, por meio de nota, que a "tem priorizado a implantação das melhores práticas de governança e compliance, para garantir a lisura em todos os processos da Companhia, incluindo a realização de auditoria especial em um conjunto de processos relacionados ao período investigado".

A empresa disse que Elvis Presley era comissionado do estado e foi devolvido à Secretaria de Administração para ser exonerado. Com relação ao engenheiro José Vicente da Silva Júnior, serão abertos os procedimentos administrativos cabíveis.

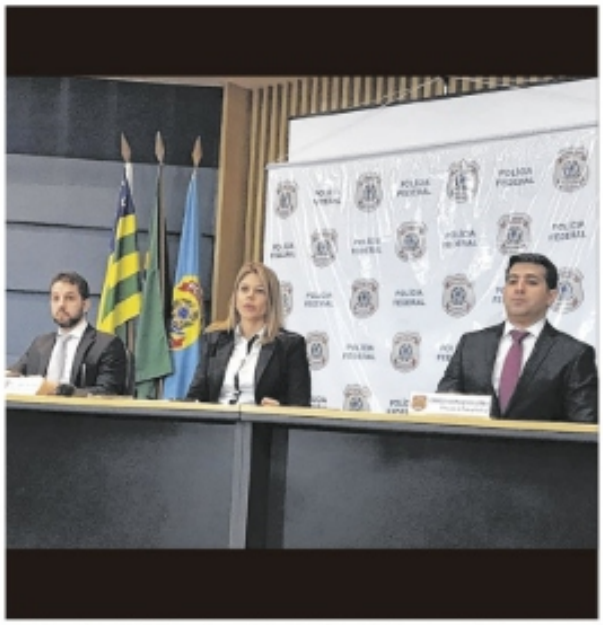
83 EDITAIS

De acordo com a PF, foram fraudados 83 editais na modalidade de dispensa de licitação e oito na modalidade de carta convite. "Como esses servidores agiam livremente na Saneago, acreditamos que todos os contratos são fraudados. A contratação das empresas era a menos vantajosa para o estado", disse o delegado Charles Gonçalves.

O engenheiro é apontado como sócio oculto de algumas das empresas de fachada. Ainda segundo o delegado, em alguns casos, quatro empresas diferente eram registradas no mesmo endereço. "Mesmo já sendo investigadas desde a primeira fase, as empresas seguiam atuando e participando de licitações", afirmou.

A Polícia Federal identificou que o grupo também começou a fraudar licitações também fora da Saneago. "O empresário e um dos servidores fraudaram a licitação de um parque ecológico no valor de R$ 1,5 milhão. Foi pago R$ 20 mil ao funcionário público", completou Lemes.

Em outras fases, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão na residência do ex-governador José Eliton (PSDB) e chegou a prender ex-gestores da estatal, além de pessoas que seriam sócias de empresas favorecidas pelo esquema. Todos foram soltas dias depois por determinação da Justiça.



Delegados da PF explicam terceira fase da Operação Decantação

Goinfra no MP

O Ministério Público acionou a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), para obrigar o órgão a iniciar, em 30 dias, a reforma da GO-330, nos trechos Pires do Rio – Urutaí e Urutaí – Ipameri, sob pena de multa diária de R$ 10 mil, devendo sua conclusão ocorrer em 180 dias.

Gomide: autonomia no orçamento da UEG

DA REDAÇÃO

Promovida pelo deputado estadual Antônio Gomide, a audiência pública em defesa da Universidade Estadual de Goiás definiu uma pauta de reivindicações para mudar o cenário em que a instituição se encontra. A cobrança pelo repasse integral previsto em lei e o aumento da participação a UEG no Orçamento de 2020 estiveram em pauta.

O evento reuniu estudantes, professores e diretores da UEG e serviu para definir prioridades para a proposição do debate na Assembleia Legislativa. "Saímos daqui com prioridades, metas e um discurso alinhado com os alunos, servidores e com os professores para criarmos na Assembleia um ambiente propício ao debate sobre a nossa universidade", avaliou Gomide.

Para o parlamentar, é preciso intervir na questão orçamentária do estado, aumentando a participação da UEG,. "Todos da universidade, do grupo acadêmico, têm que estar atentos às discussões que se iniciam no próximo mês", pontuou Gomide.